PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 1257 , DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003.

**Estima a receita e fixa a despesa, estabelecendo o
Programa de Trabalho para o exercício de 2004.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS** aprovou e eu, a Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2004, compreendendo:

I - o orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta;

II - o orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculada, da administração direta e indireta.

Parágrafo único. As metas e prioridades consubstanciadas nesta Lei foram estabelecidas em consonância com o Plano Plurianual - PPA 2002/2005 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município - LDO - Lei n.º 1220 , de 6 de outubro de 2003.

TÍTULO II
DO ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL
CAPÍTULO I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art 2º A receita total é estimada no valor de **R\$ 310.894.729,00 (trezentos e dez milhões, oitocentos e noventa e quatro mil e setecentos e vinte e nove reais).**

Parágrafo único. Incluem-se neste total:

- a) **R\$ 141.337.240,00 (cento e quarenta e um milhões, trezentos e trinta e sete mil e duzentos e quarenta reais)** de recursos do Tesouro, ordinários da Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios, do ICMS, do IPVA e dos recursos diretamente arrecadados;
- b) **R\$ 18.985.358,00 (dezoito milhões e novecentos e oitenta e cinco mil e trezentos e cinquenta e oito reais)** de recursos do Tesouro - Vinculados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF;
- c) **R\$ 150.572.131,00 (cento e cinquenta milhões, quinhentos e setenta e dois mil e cento e trinta e um reais)** de Recursos do Tesouro - Vinculados, Fontes:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

Convênios, Operações de Crédito Internas, Contribuição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; Transferências do Sistema Único de Saúde, Indenizações e Contribuições dos Servidores para o Regime de Previdência Próprio.

Art. 3º A receita total, proveniente da arrecadação dos tributos e de outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, conforme discriminada nos anexos desta Lei, é estimada conforme o seguinte desdobramento:

Quadro I - Demonstrativo de Receitas por Categoria Econômica

Especificação	Valor
RECEITAS DO TESOURO (Ordinárias e Vinculadas)	
RECEITAS CORRENTES	219.128.085
Receita Tributária	26.830.001
Receita de Contribuições	4.300.000
Receita Patrimonial	5.000.000
Transferências Correntes	170.457.345
Outras Receitas Correntes	12.540.739
RECEITA DE CAPITAL	109.255.144
Operações de Crédito	26.926.000
Alienação de Bens	100.000
Transferências de Capital	82.229.144
DEDUÇÕES DO FUNDEF	-17.488.500
TOTAL DAS RECEITAS	310.894.729

Art. 4º A despesa total é de **R\$ 310.894.729,00 (trezentos e dez milhões, oitocentos e noventa e quatro mil e setecentos e vinte e nove reais)**, observado o Programa de Trabalho constante do Anexo Único desta Lei, apresentando por órgão o seguinte desdobramento:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

Quadro II - Demonstrativo dos Recursos por Órgãos e por Fontes
R\$1,00

ÓRGÃOS/UNIDADES	RECURSOS		TOTAL
	ORDINÁRIOS	VINCULADO S	
1. CÂMARA MUNICIPAL	9451845	4.500.000	13951845
1.1. Câmara Municipal	9451845	4.500.000	13951845
2. PREFEITURA MUNICIPAL	131885395	165.057.489	296.942.884
2.1. Gabinete do Prefeito	1.344.065	0	1.344.065
2.2. Advocacia Geral do Município	1.869.078	0	1869078
2.3. Secretaria do Planejamento e Administração	7.788.162	17.764.458	25.552.620
2.4. Secretaria de Finanças	3.304.648	150.000	3.454.648
2.5. Fundo de Previdência Municipal		7.600.000	7.600.000
2.6. Secretaria da Educação, Cultura e dos Esportes	20.674.790	36.113.531	56.788.321
2.7. Fundo Municipal de Saúde	22.366.561	29.751.634	52.118.195
2.8. Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural	2.136.528	2.373.750	4.510.278
2.9. Secretaria da Industria e Comércio	1.224.740	144.000	1.368.740
2.10. Secretaria de Obras	8.495.002	56.940.335	65.435.337
2.11. Secretaria de Ação Comunitária	2.672.422	0	2.672.422
2.12. Fundo de Assistência Social	5.695.592	5.858.781	11.554.373
2.13. Secretaria da Comunicação	1741149	0	1741149
2.14. Secretaria da Juventude	1.066.432	713.000	1.779.432
2.15. Fundo Municipal da Criança e Adolescente	356323	48.000	404.323
2.16. Agência do Meio Ambiente e Turismo	11.047.843	3.247.000	14.294.843
2.17. Agência de Serviços Públicos	11.999.410	1.300.000	13.299.410
2.18. Agência de Trânsito e Transportes	3.179.671	2.185.000	5.364.671
2.19. Secretaria da Cidadania e da Mulher	871.574	0	871.574
2.20. Guarda Metropolitana de Palmas	4.165.407	225.000	4.390.407
2.21. Secretaria do Governo	2.050.306	0	2.050.306
2.22. Instituto de Planejamento Urbano de Palmas	721.674	173.000	894.674
2.23. Administração Geral do Município/Super-SEFIN	14.967.000	0	14.967.000
2.24. Agência de Desenvolvimento Urbano	2.147.018	470.000	2.617.018
TOTAL	141.337.240	169.557.489	310.894.729

Art. 5º O Chefe do Poder Executivo poderá designar a Secretaria Municipal do Planejamento e Administração - SEPLAD, órgão central de orçamento, para movimentar em cada órgão, dotações do mesmo Projeto/Atividade e grupo de despesa no Quadro de Detalhamento da Despesa.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

I - transpor, remanejar ou transferir recursos, de categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, observados os limites estabelecidos nesta Lei;

II - abrir créditos suplementares com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias, até o limite de 50% (cinquenta por cento), por órgão, em relação aos valores autorizados nesta Lei, mediante a utilização dos seguintes recursos:

- a) da Reserva de Contingência;
- b) de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- c) de anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por esta Lei;
- d) de saldo de exercícios anteriores dos orçamentos das Entidades Supervisionadas e de excesso de arrecadação dos recursos classificados como *Recursos Diretamente Arrecadados*, observando o limite da efetiva arrecadação de caixa do exercício
- e) do superavit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior;
- f) do produto de operações de crédito.

III - realizar operações de crédito através de emissão de Títulos da Dívida Pública ou de empréstimos externos, dentro dos limites estabelecidos em resoluções do Senado Federal;

IV - realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 30% (trinta por cento) da receita estimada nesta Lei;

V - toda e qualquer redução, suplementação ou alteração deverá observar os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. Excluem-se do limite previsto no inciso I, deste artigo, os créditos adicionais destinados a pessoal e encargos, à reserva de contingência, à amortização da dívida e seus encargos e às contrapartidas dos convênios e contratos firmados.

Art. 7º Da aplicação das dotações destinadas aos programas de trabalho de que trata o art. 2º, combinado com o parágrafo único do art. 20, da Lei Federal nº 4.320/64, classificados no orçamento em Regime de Execução Especial, fica subordinada ao detalhamento em Plano de Aplicação, a ser aprovado por portaria da Secretária Municipal de Planejamento e Administração.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PALMAS, aos 22 dias do mês de dezembro de 2003, 15º ano da criação de Palmas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

NILMAR GAVINO RUIZ
Prefeita de Palmas